

### Protestos em São Paulo de Dilma a Temer<sup>1</sup>

ANGELA ALONSO

[1] Agradeço sugestões recebidas no seminário “Dinâmicas da Crise”, Cebrap, 7 abr. 17, e em painéis da Lasa, 30 abr. 2017. Se não indicado doutro modo, os dados mencionados provêm do Banco de Estudos de Protesto (BEP-Cebrap; Auxílio à Pesquisa Fapesp), a cuja equipe, Hellen Guichene, Rafael de Souza, Viviane Brito e Lilian Sendretti, sou grata. Versão preliminar do argumento está em Alonso, Guichene e Souza (2017).

[2] Singer, 2013; Nobre, 2013.

[3] Losekann, 2013; Ortellado *et al.*, 2013; Malini *et al.*, 2014; Feres Jr.; Miguel; Barbarela, 2014; Bucci, 2016.

[4] Bringel; Domingues, 2013; Silva, 2014; Tatagiba, 2014; Alonso; Mische, 2017.

[5] O conceito recobre conjunto histórico e limitado de performances políticas, isto é, maneiras de exprimir reivindicações, que atores encontram disponíveis em seu tempo e das quais se apropriam para expressar suas demandas durante conflitos, de maneira alternativa e contrastiva em relação aos demais participantes (Tilly, 2008).

[6] A distinção, assim como argumentos sobre junho de 2013, se baseia em Alonso e Mische (2017).

Em 31 de agosto de 2016, data da votação do impeachment da presidente, o país acordou com cerca fincada na frente do Congresso Nacional. Acirravam-se conflitos em curso desde 2013, quando eclodiram manifestações massivas em desafio às instituições políticas.

Desde então disputam atores e intérpretes. Três abordagens predominam, conforme ênfase em causas,<sup>2</sup> atores<sup>3</sup> ou no processo de mobilização.<sup>4</sup> Este artigo se inscreve na última linha. Argumenta que manifestantes construíram estilos de ativismo, apropriando-se de repertórios de confronto disponíveis,<sup>5</sup> num jogo estratégico entre si e com as instituições políticas, que configuraram três ciclos de confronto entre 2013 e 2016.

#### APROPRIAÇÕES DE REPERTÓRIOS DE CONFRONTO

Durante os protestos, manifestantes construíram suas performances políticas a partir de modelos organizacionais e expressivos de três repertórios de confronto.<sup>6</sup>

O repertório socialista, velho conhecido, reapareceu em bandeiras vermelhas, megafones, organização vertical. A apregoada “novidade” de 2013 veio do uso do repertório autonomista, de movimentos por justiça global, que repaginou signos e slogans anarquistas. Nele se combinam estilo de vida alternativo (anti-hierarquia de gênero, compartilhamento de espaços e objetos), organização descentralizada, deliberação por consenso e ações performáticas e diretas (tática *black bloc*), contra símbolos dos poderes financeiro e político (anticapitalismo, antiestatismo).

O terceiro repertório, o patriota, foi menos notado em 2013, embora o nacionalismo esteja em moda mundo afora e se enraíze na tradição local. Manifestantes recuperaram simbologia e agendas de duas grandes mobilizações nacionais. Na Diretas Já (1984), disputou-se com o regime militar a representação da pátria: bandeira, cores e hino nacionais. No Fora Collor (1992), os símbolos pularam para os

“caras-pintadas”.<sup>7</sup> Mas as agendas eram distintas. Em 1984, além da eleição presidencial, estavam em jogo condições de vida urbana (saneamento, saúde, transportes, educação), trabalho (salário, emprego) e cidadania. Já em 1992, o assunto era corrupção, na linha da “ética na política” e foco no impeachment do presidente. Os protestos contemporâneos recuperam todos esses elementos.

Ao longo deles, os três estilos de ativismo se constituíram, valendo-se de simplificações e combinações de elementos dos repertórios.

### **OPORTUNIDADES PARA O PROTESTO**

Difícil identificar causas de uma mobilização em massa. Mais viável é reconstruir elementos do ambiente sociopolítico que facilitaram sua emergência.

Dois mudanças de conjuntura contribuíram. A onda de protestos globais, de 2011 a 2013, funcionou como efeito demonstração e proveu um novo modelo de ativismo — o repertório autonomista. E sediar megaeventos no Brasil — Copa das Confederações (2013), Copa do Mundo (2014), Olimpíadas (2016) — ofereceu palco global para possíveis protestos.

Outra alteração foi na relação entre governo e movimentos sociais. Ancorada em alta aprovação, Dilma pouco dialogou com a sociedade organizada, deixando o protesto como caminho para pleitos. Também atacou tópicos abertas desde a redemocratização: problemas urbanos e eficiência de políticas públicas.

A essas agendas somou-se a ressuscitada dos anos Collor: a corrupção. Em agosto de 2012, começou o julgamento de políticos acusados de apropriação indébita de fundos públicos. O Mensalão foi espetáculo midiático, com comentaristas e colunistas de imprensa tomando o partido do tribunal contra o governo. Ante este clima de opinião pública, as medidas anticorrupção de Dilma foram tímidas.

Terceiro elemento foi a transformação rápida da pirâmide brasileira durante os governos Lula, o aumento de acesso à educação superior e ao consumo, que juntos diminuíram a distância entre estratos sociais. O processo perturbou a representação simbólica da hierarquia social, ao tornar menos eficazes seus princípios organizadores (renda, escolaridade, raça).

Na cidade de São Paulo, somaram-se alterações na sociabilidade, amparadas num *ativismo cívico*, com intervenções de retomada do espaço público (ocupações, jardins e hortas comunitárias, ações estéticas em ruas e praças, pichações etc.), e numa *lógica do compartilhamento*: produção e acesso compartilhado de tecnologias (espaços hacker, oficinas maker), posse temporária de objetos (sites de troca e empréstimo), de residência e trabalho (casas coletivas, Airbnb,

ateliês, workspaces). Essas redes de sociabilidade deram as bases organizacionais para os estilos autonomista e liberal de ativismo, refratários ao Estado.

A soma dessas mudanças adubou o campo para as manifestações de 2013.

### CICLO MOSAICO (JUNHO DE 2013)

De 2013 a 2016, a crise política é uma só, mas houve três ciclos de confronto, isto é, fases de conflito agudo, envolvendo autoridades e manifestantes que as desafiam, em sequências de atos públicos de grande intensidade e frequência, que atraem muitos e variados participantes e experimentam formas novas de protesto.<sup>8</sup> Em junho de 2013, fenômeno desse tipo pôs o Brasil estupefato, com 470 manifestações, noventa delas na cidade de São Paulo.

Ciclo complexo, de três fases. A *eclosão do protesto* (6 de junho), liderada pelo Movimento Passe Livre, obstruiu o trânsito, demandando tarifa zero. O estilo de ativismo autonomista, aprendido por membros do Movimento Passe Livre (MPL) no Fórum Social Mundial de Porto Alegre (2012), marcou os atos: deliberação por consenso, negação de lideranças e hierarquia de gênero, performances cênicas (fanfarras, artes plásticas), jograis, estética punk (vestuário preto), violência simbólica (queima de catracas) e física (tática *black bloc*), sobrepondo expressão artística e política.

Autoridades políticas habituadas a protestos socialistas patinaram ante o novo estilo. Daí a malsucedida negociação, em 11 de junho: o prefeito esperava lideranças, os manifestantes não as tinham.

Ante o impasse, o protesto seguiu e veio a *diversificação* (11 de junho): aumentaram adesões e focos de manifestação. Movimentos tradicionais (feminista, estudantil, negro etc.), sindicatos e pequenos partidos de esquerda (PSTU, PCO, PSOL), antes senhores da rua, chegaram atrasados. Mas se adaptaram. O Juntos!, por exemplo, se candidatou a porta-voz das ruas na Câmara dos Vereadores. Grupos autonomistas reagiram.

Começava a disputa pela direção do protesto. Ativistas com outras causas, como o aborto, e manifestantes neófitos, identificados por hashtags como “#vemprarua”, aportaram. A pauta ultrapassou os vinte centavos.

Crescendo, os protestos ganharam repercussão internacional e apoio de artistas, intelectuais e 55% dos paulistanos.<sup>9</sup> Perplexos, presidente, governador e prefeito alinharam estratégias. Já a grande mídia, vide editoriais de *Folha de São Paulo* e *Estadão* no 13 de junho, se exasperou.

Foi a senha para a repressão. Nesta noite, tropas cercaram a avenida Paulista e feriram 128 pessoas em meio a bombas de gás. Reprimir,

[8] Tarrow, 1999, p.182.

[9] Datafolha, 2013a.

rezam estudiosos de movimentos sociais, ou dizima atos ou os inflama, atraindo solidariedade de mídia e cidadãos não mobilizados. Em 13 de junho, teve o segundo efeito. O episódio virou a opinião pública, com imagens multiplicadas nas redes sociais e na grande mídia (incluindo a Globo), que, ante jornalistas feridos, trocou de lado.<sup>10</sup> Mas, em 14 de junho, Haddad e Alckmin criticaram depredações e anunciaram a manutenção da tarifa.<sup>11</sup>

[10] O *Jornal Nacional*, que dera 68 segundos aos protestos em 10 de junho, pulou para 17 minutos e 31 segundos, no dia seguinte à repressão (Bucci, 2016, p. 63).

[11] Rodrigues; Zanchetta, 2013.

Interpretaram mal a conjuntura, que os pegaria de rebote. A mobilização mudava de escala. No dia 16, as hashtags “#mudabrasil”, “#changebrasil” e “#giganteacordou” foram *trending topics* nacionais. No dia 13, 6,5 mil pessoas tinham ido à rua em São Paulo. No dia 17, diz o Datafolha, compareceram 65 mil. Grandes atos tomaram doze capitais. Foi a *massificação*. Novas bandeiras tremularam à esquerda: por mais e melhor educação, saúde, salários, habitação, direitos, contra a Copa do Mundo e a Rede Globo. Junto veio repúdio a autoridades políticas, partidos, polícia. No Brasil e no exterior, pulularam críticas à brutalidade policial. ONGs de direitos humanos, promotores e advogados se engajaram em prol dos “presos políticos”. A opinião pública tomou o lado dos manifestantes: o apoio pulou 22 pontos em cinco dias e chegou a 77%.<sup>12</sup>

[12] Datafolha, 2013b.

Em 19 de junho, aturdidos, prefeito e governador anunciaram juntos a redução da tarifa, um dia após outras nove capitais. Concessão tardia. Ninguém voltou para casa. O dia 20 foi o pico do ciclo, com rotinas sociais suspensas, transtornos no trânsito e 1 milhão de pessoas na rua.<sup>13</sup>

[13] Gi, 2013.

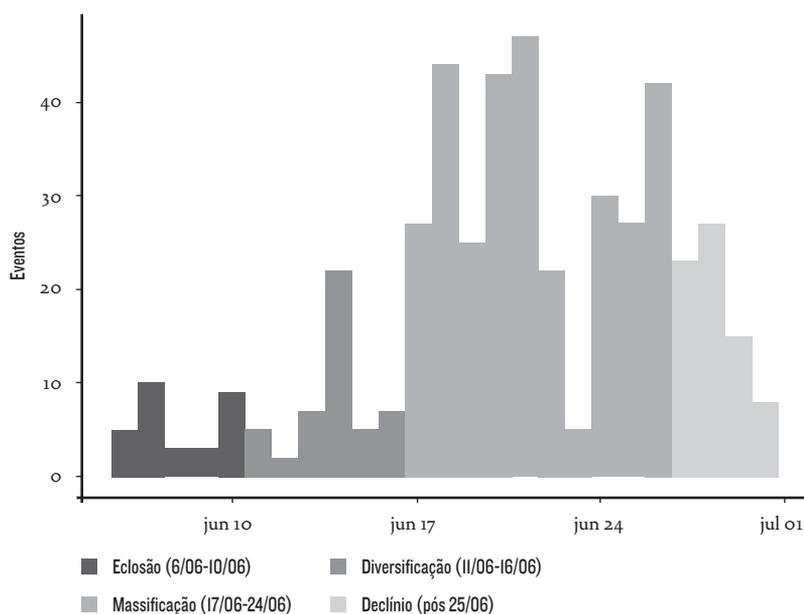
Aderiram torcidas organizadas, associações de moradores, jovens, idosos, famílias — cidadãos sem ativismo prévio, convocados por redes presenciais (amizade, trabalho, família) e virtuais (WhatsApp, Twitter, Facebook) e pela mídia. Ativistas autonomistas e socialistas os mencionaram como “gente esquisita”, inusual em protestos.<sup>14</sup>

[14] Em entrevistas com manifestantes realizadas em junho de 2013.

Esse setor ativou o repertório patriota, com símbolos, cores, hino e slogans nacionais (“verás que um filho teu não foge à luta”; “o gigante acordou”) e retomou espaços canônicos das Diretas Já, a Paulista, a Brigadeiro e a Sé (“vem pra rua!”, “saímos do Facebook!”). Chamou para si a “ética na política” do Fora Collor, em slogans: “Fora! Partidos! Vocês querem o povo dividido!”, “Mensaleiros!”, “Corruptos, vocês se preparem, vão cair um por um!”.

Não era um “todos contra tudo o que está aí”. Havia dominâncias de pauta em cada setor da mobilização. Autonomistas e socialistas se situaram à esquerda do governo do PT, com agenda reformista, mais e melhores políticas públicas e expansão de direitos. O setor patriota ia do liberalismo (a favor do Estado enxuto e eficiente “padrão Fifa”) ao conservadorismo (pró-ditadura militar), com foco no rechaço a instituições políticas, políticos e partidos, e na identificação do PT com a corrupção, via Mensalão (“Corruptos”). No dia 26, veio o primeiro “Fora Dilma!”. No 29: “Justiça! Queremos os mensaleiros na cadeia!”

**GRÁFICO I**  
Fases do ciclo de confronto, junho de 2013



e “Procurando Lula!”. Esse estilo de ativismo atarraxou os laços fracos entre manifestantes avulsos, e o que até então era crítica genérica aos governos desabrochou em antipetismo.

A diversificação atingiu seu máximo, e o ciclo adquiriu sua forma final de mosaico, com três setores distintos de mobilização, cada qual com suas pautas e estilos de ativismo, em convivência. E sem harmonia. No dia 20, rasgaram-se bandeiras, e o comando da rua foi disputado no braço.

O tamanho monstro do protesto finalmente suscitou reação da presidente, que recebeu manifestantes e, no dia 21, propôs, em rede nacional, “cinco pactos” em torno de educação, saúde, transporte, responsabilidade fiscal e controle da inflação, e plebiscito visando constituinte específica para reforma política. O protesto arrefeceu, mas o fogo morto se revelaria brasa dormida. É que Dilma se esquecera de incluir a corrupção.

#### **CICLO PATRIOTA (MARÇO E ABRIL DE 2015)**

[15] Dobry, 2014.

O ciclo de 2013 gerou uma “conjuntura fluida”,<sup>15</sup> situação de incerteza estrutural, na qual padrões rotineiros de orientação da conduta política se dissolveram, clivagens usuais esmaeceram e novas conexões, entre setores sociais distantes entre si no espaço social, ganharam expressão política. O ambiente de instabilidade vinha alimentado pelo julgamento do Mensalão, que, em vez de aplacar, estimulou

o espírito de faxina ética de imprensa e opinião pública. Em julho, começou nova operação da Polícia Federal para investigar crimes de corrupção, a Lava Jato.

Enquanto a crise fermentava nas instituições, agentes e agendas de junho continuaram nas ruas, mas em atos pequenos e apartados. Dois setores inverteram posições ao longo de 2014: o protagonismo à esquerda do governo passou dos grupos de estilo autonomista para os de estilo socialista. E o setor patriota se hipertrofiou já em julho, sublevado contra o programa Mais Médicos — resposta de Dilma às demandas do mês anterior.

Setor que brilharia daí por diante. Na abertura da Copa, xingaram a presidente e, ao longo de 2014, organizaram 43 grupos. Na liderança da ala mais liberal, o Vem pra Rua; no meio do caminho, o Movimento Brasil Livre (MBL); e na frente reacionária, o Revoltados On Line. Em comum, patriotismo e anticorrupção.

Tratava-se de grupos que se decepcionaram com o desfecho das eleições presidenciais. Seis dias após a reeleição de Dilma, reagiram: “Fomos roubados nas urnas”. No aniversário da República, o estilo patriota se firmou, carregando símbolos nacionais, artistas e 10 mil pessoas para a Paulista, embalados por novo escândalo, o Petrolão. O Reaçõnaria, autoapresentado como “o maior portal conservador do Brasil”, listou “gritos de ordem contra a corrupção, o PT, a inflação, em defesa do juiz federal Sérgio Moro, pelas investigações do Petrolão e a favor da PM”.<sup>16</sup> Uma tônica era o conservadorismo moral, com ataque a minorias e proposição de políticas autoritárias, via intervenção militar ou judicial. Outra era a corrupção (“Lula, pai do Mensalão. Dilma, mãe do Petrolão”). Nas faixas, a crítica se afunilou no impeachment de Dilma e emergiu líder alternativo à política profissional: “Somos todos Sérgio Moro”.

[16] Reaçõnaria, 2014.

O setor socialista, Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MSTs) à frente, fizera, dois dias antes, ato de mesmo tamanho, por “reformas populares”: reforma urbana, reforma tributária, democratização das comunicações, desmilitarização da polícia e reforma política via constituinte exclusiva. Mas não defendera Dilma.

Os elementos de inovação de 2013 sumiram — voltou a tradição de discursos nos carros de som. E se cristalizaram dois campos de ação estratégica apartados e opostos: um à esquerda, outro à direita do governo.

Na virada para 2015, gravetos na fogueira: o PSDB pediu ao TSE a cassação do mandato de Dilma, alegando fraude nas apurações. O STF encarcerou lideranças petistas, e Eduardo Cunha, novo presidente da Câmara, instalou a CPI da Petrobrás.

A sequência tornou o tema da corrupção onipresente e reanimou os protestos. Em 15 de março, o setor patriota protestou em todas as

capitais. Na Paulista, multidão de verde e amarelo saudou a Polícia Militar que, lisonjeada, contabilizou 1 milhão de presentes, enquanto o Datafolha estimava 210 mil.

O MBL ganhou protagonismo nas ruas, e o Vem pra Rua se conectou com o sistema político, via PSDB. Juntos, os grupos do setor patriota se juntaram na Aliança Nacional dos Movimentos Democráticos. Em 20 de agosto, protestos em todos os estados clamaram contra Dilma e a corrupção, com 135 mil aderentes em São Paulo. A reação do setor socialista, quatro dias depois, foi muito menor: 37 mil participantes. A popularidade da presidente bateu no chão: 71% a reprovavam.<sup>17</sup>

[17] Datafolha, 2015.

A crise seguiu sem clemência rumo ao poço sem fundo até outubro, quando Cunha acolheu pedido de impeachment protocolado por Hélio Bicudo e Janaína Paschoal.

#### **CICLO DO IMPEACHMENT (DEZEMBRO DE 2015 A MARÇO DE 2016)**

Em fins de 2015, a feição das ruas se alterou. A dominância patriota se viu confrontada por reação vigorosa do setor socialista. Se no primeiro ciclo foram três estilos de ativismo, um dominou no segundo e, no terceiro, dois competiram pela rua, com atos intercalados de duas campanhas: “#foradilma” e “#nãovaitergolpe”.

O setor socialista se aglutinou em duas coalizões de apoio a Dilma, em outubro: a Frente Povo sem Medo (cerca de trinta sindicatos e movimentos, de quinze estados), liderada por CUT e MSTs, e a Frente Brasil Popular (mais de setenta membros, entre movimentos, pequenos partidos de esquerda e setores de outros partidos).

A crise galgava outro degrau. A Polícia Federal prendeu o líder do governo no Senado, por obstrução à Lava Jato, a bancada do PT votou pela investigação do presidente da Câmara na Comissão de Ética, e Cunha retaliou, autorizando abertura de processo de impeachment de Dilma.

Aí as ruas tornaram a encher. Em 13 de dezembro, os movimentos Endireita Brasil, MBL, Revoltados On Line e Vem pra Rua organizaram atos anti-Dilma, com 40,3 mil participantes, de acordo com o Datafolha. No dia 16, as duas frentes responderam levando 55 mil pessoas à Paulista, conforme a mesma fonte.

Outro ano virou sem melhora. Em 4 de março de 2016, Lula foi levado coercitivamente para depor, a mando de Moro, reascendendo os brios da militância petista.

O próximo round, contudo, foi da campanha #foradilma, em 13 de março, concentrada nas duas maiores cidades do país e nos estados base do PSDB. Em São Paulo, 500 mil foram à Paulista.<sup>18</sup> Empresariado, associações patronais e setores organizados de classe

[18] Datafolha, 2016.

média e alta deram suporte logístico. A Fiesp inflou o pato amarelo gigante e a capa do *Estadão* falou num “Occupy São Paulo”. Organização profissional, com megashow e sem incidentes. É que a tropa se congregou com os manifestantes.

Solidificou-se aí a retórica moralizadora, como moralização pública (anticorrupção) e como moralismo (pátria, religião, família, valores da sociedade tradicional).

A manifestação visou “políticos em geral”, com o governador Geraldo Alckmin e o presidente do PSDB, Aécio Neves, corridos da rua. Mas os slogans tinham fulcro cirúrgico: anti-PT. Lula virou o Pixuleco, boneco gigante inflado, com roupa de prisioneiro e o número do partido mais o do estelionato no código criminal (13,171). E Moro personificou a moralidade pública.

Então o setor socialista acelerou a campanha #nãovaitergolpe. Sindicatos, movimentos e pequenos partidos de esquerda investiram em atos simultâneos e sequenciais. Mas a militância petista ainda fazia corpo mole na defesa da presidente, por conta de sua agenda de ajuste fiscal. Apenas em março de 2016 Dilma deu-se conta de seu desamparo político e chamou Lula para o governo. Medida tão estabanada quanto a ideia de plebiscito em 2013. A presidente o anunciou para a pasta da Casa Civil como espécie de primeiro-ministro, em 16 de março. O STF impugnou a nomeação dois dias depois. Neste dia 18, multidão vermelha, em todos os estados, fez por Lula o que não fizera por Dilma.

Na Paulista, foram 95 mil pessoas (segundo o Datafolha), levadas por CUT e as duas frentes. Lula subiu ao palanque. O eixo foi a defesa do Estado de direito: “não vai ter golpe”. Slogans do setor socialista dominaram: direitos sociais, redistributivismo e contra o oligopólio dos meios de comunicação (“o povo não é bobo, abaixo a Rede Globo”). Vieram, secundários agora, grupos autonomistas, com cartazes em torno de identidades e estilos de vida (adesivos roxos com o rosto de Frida Kahlo). Ajuntavam-se contra o inimigo comum: os protestos pró-impeachment e o ajuste fiscal.

Os três estilos de ativismo, misturados em 2013, desaguaram em dois grandes campos políticos em competição entre si pela direção do Estado: um pró, outro contra o impeachment. Quando a medida foi a voto na Câmara, no dia 31 de agosto, a cerca invisível de junho de 2013 virara muro metálico. Fincado na Esplanada dos Ministérios, simbolizou com perfeição o racha do país.

## **O SENTIDO DOS CICLOS**

Com o impeachment, o processo político deslocou seu centro nervoso das ruas para as instituições.

Vendo que o governo Temer não zelaria pela moralidade pública, o setor patriota, em 4 de dezembro de 2016, protestou em 83 cidades. Em São Paulo, atraiu 15 mil pessoas (segundo a Polícia Militar). A baixa expressa as brigas internas. Em 26 de março de 2017, quando tornaram à Paulista para defender a Lava Jato, cada qual levou carro de som, bandeiras e ídolos próprios. Perdiam coesão.

O setor socialista manteve a articulação anti-impeachment, trocando o nome: #foratemer. Investiu em atos múltiplos, com três expressivos em São Paulo, em 29 e 31 de agosto, ambos com 20 mil, e em 7 de setembro, com 15 mil participantes (segundo os organizadores). Em 15 de março de 2017, ocorreram novos eventos pró-Lula e antir-reformas trabalhista e da previdência nas capitais. Mas também com cisões — a existência de duas frentes o atesta.

À diferença das Diretas Já e do Fora Collor, a vinculação entre mobilização e sistema político foi tênue ao longo dos ciclos. Das ruas não surgiram partidos à maneira dos espanhóis Podemos e Ciudadanos. O setor socialista se reaproximou do velho líder, Lula, em vez de buscar um novo nas ruas. No setor patriota, o MBL comeu do prato em que cuspira, elegendo prefeito e vereadores por partidos envolvidos em escândalos de corrupção. Já sua “base” segue alérgica a partidos e aposta em outras elites sociais: empresários, como João Doria, juízes, como Sérgio Moro, e militares, como Jair Bolsonaro.

Mobilizações contínuas em sentidos diferentes, por mais de três anos, desmentem a crença disseminada da passividade dos brasileiros. Poucas sociedades se mobilizam tanto e sobrevivem à intensa mobilização em direções contrárias, sem explodir em confronto aberto. Mas o efeito colateral de ciclos consecutivos de confronto é que o governo pós-impeachment nasceu em terreno movediço: uma sociedade mobilizada e dividida e sem disposição para garantir o novo presidente. Sentido escancarado na abertura das Olimpíadas, quando Temer foi vaiado como Dilma tinha sido na Copa do Mundo. Havia mobilização na sociedade para derrubar o PT. Não há gente nas ruas para sustentar Temer. E em conjuntura política fluida qualquer faísca pode virar incêndio.

---

ANGELA ALONSO é professora do Departamento de Sociologia da USP e presidente do Cebrap.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alonso, Angela; Guicheney, Hellen; Souza, Rafael de. “Os governos e as ruas”. *Le Monde Diplomatique*, ano 10, n. 117, abr. 2017, p. 6.
- Alonso, Angela; Mische, Ann. “Changing Repertoires and Partisan Ambivalence in the New Brazilian Protests”. *Bulletin of Latin American Research*, v. 36, n. 2, abr. 2017, pp. 139-280.
- Bringel, Breno; Domingues, José Maurício (Orgs.). *As jornadas de junho em perspectiva global*. Rio de Janeiro: Netsal; Iesp/Uerj, 2013.

- Bucci, Eugênio. *A forma bruta dos protestos: das manifestações de junho de 2013 à queda de Dilma Rousseff em 2016*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- Datafolha. "Cresce apoio a protestos contra a tarifa de ônibus entre paulistanos". *Datafolha*, 19 jun. 2013a. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2013/06/1297619-crece-apoio-a-protestos-contra-a-tarifa-de-onibus-entre-paulistanos.shtml>. Acesso em: 23 maio 2017.
- \_\_\_\_\_. "Maioria dos paulistanos apoia manifestações na Paulista". *Datafolha*, 20 jun. 2013b. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2013/06/1298319-maioria-dos-paulistanos-apoia-manifestacoes-na-paulista.shtml>. Acesso em: 23 maio 2017.
- \_\_\_\_\_. "Recorde, reprovação a Dilma supera pior momento de Collor". *Datafolha*, 6 ago. 2015. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/08/1665278-recorde-reprovacao-a-dilma-supera-pior-momento-de-collor.shtml>. Acesso em: 23 maio 2017.
- \_\_\_\_\_. "Maior manifestação política da história de SP reúne 500 mil na Paulista". *Datafolha*, 14 mar. 2016. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2016/03/1749713-maior-manifestacao-politica-da-historia-de-sp-reune-500-mil-na-paulista.shtml>. Acesso em: 23 maio 2017.
- Dobry, Michel. *Sociologia das crises políticas*. São Paulo: Ed. Unesp, 2014.
- Feres Jr., João; Miguel, Lorena; Barbarela, Eduardo. "A mídia impressa na cobertura das manifestações de junho". In: Encontro Anual da Anpocs, 38., 2014, Caxambu. *Anais...* São Paulo: Anpocs, 2014.
- G1. "Manifestações pelo Brasil". *G1*, 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/protestos-2013/infografico/platb>. Acesso em: 23 maio 2017.
- Losekann, Cristiana. "Mobilização do direito como repertório de ação coletiva e crítica institucional no campo ambiental brasileiro". *Dados*, v. 56, n. 2, 2013, pp. 311-349.
- Malini, Fabio et al. "#VempraRua: narrativas da revolta brasileira". In: Congresso da Associação Latino-Americana de Investigadores da Comunicação, 7., 2014, Lima. *Anais...* Lima: Alaica, 2014. Disponível em: <http://congreso.pucp.edu.pe/alaic2014/wp-content/uploads/2013/12/G11-Malini-Goveia-Ciarelli-Carrerira-Herkenhoff-Regattieri-Vinicius.pdf>. Acesso em: 23 maio 2017.
- Mische, Ann. *Partisan Publics: Communication and Contention Across Brazilian Youth Activist Networks*. Princeton: Princeton University Press, 2008.
- Nobre, Marcos. *Choque de democracia: razões da revolta*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- Ortellado, Pablo et al. *Vinte centavos: a luta contra o aumento*. São Paulo: Veneta, 2013.
- Reaçonaria. "Os protestos de 15 de novembro de 2014". *Reaçablog*, 15 nov. 2014. Disponível em: <http://reaconaria.org/blog/reaconablog/os-protestos-de-15-de-novembro-de-2014>. Acesso em: 23 maio 2017.
- Rodrigues, Artur; Zanchetta, Diego. "Alckmin e Haddad descartam redução de tarifas". *O Estado de S. Paulo*, 14 jun. 2013. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,alckmin-e-haddad-descartam-reducao-de-tarifas,1042372>. Acesso em: 23 maio 2017.
- Silva, Marcelo Kunrath. "#vempraru: o ciclo de protestos de 2013 como expressão de um novo padrão de mobilização contestatória?". In: Cattani, Antonio David (Org.). *#protestos: análises das ciências sociais*. Porto Alegre: Tomo, 2014ra.
- Singer, André. "Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas". *Novos Estudos—Cebrap*, n. 97, nov. 2013, pp. 23-40.
- Tarrow, Sidney. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- Tatagiba, Luciana. "1984, 1992 e 2013: sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil". *Política & Sociedade*, v. 13, n. 28, 2014, pp. 35-62.
- Tilly, Charles. "Invention, Diffusion, and Transformation of the Social Movement Repertoire". In: \_\_\_\_\_. *Identities, Boundaries, and Social Ties*. Londres: Paradigm, 2008.